



MONTERO, Paula. 2012. *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970)*

São Paulo: Edusp

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/1589>

DOI: 10.4000/aa.1589

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Data de publicação: 1 julho 2015

Paginação: 317-320

ISSN: 0102-4302

Refêrencia eletrónica

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes, « MONTERO, Paula. 2012. *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970)* », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2015, posto online no dia 01 junho 2018, consultado o 23 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/aa/1589> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/aa.1589>

Este documento foi criado de forma automática no dia 23 setembro 2020.



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Proibição de realização de Obras Derivadas 4.0 International.

MONTERO, Paula. 2012. *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970)*

São Paulo: Edusp

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes

REFERÊNCIA

MONTERO, Paula. 2012. *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970)*. São Paulo: Edusp. 520 pp.

- 1 Missionários e antropólogos, em princípio, são muito semelhantes. As similaridades iniciam-se porque ambos enfrentam a alteridade como uma questão fundamental, na medida em que estão (e estiveram) atuando nas fronteiras de seus mundos, saindo dos seus espaços originários de socialização para contextos distantes e desconhecidos. O “outro”, diferente e exótico, parece resplandecer nos seus ofícios. Mas, segundo a narrativa disciplinar, missionários também são diferentes: a vontade de produzir mudança social — classificada de maneira indistinta (e inadequada) como “proselitismo” — é rechaçada como agenda por antropólogos. Isso acaba por tornar os missionários uma espécie de caricatura da comunidade antropológica, especialmente para definir que a antropologia não corrobora tais empreendimentos de “conversão”.
- 2 Mas as viagens aos humanos de terras distantes e desconhecidas e a divergência de agendas não são as únicas aproximações possíveis. Assim como os antropólogos, os missionários produziram e ainda produzem etnografia, registrando suas experiências com populações exóticas e traduzindo-as em concepções de humanidade. Exceto pelo conhecimento da obra de Maurice Leenhardt, pastor evangélico reconhecido como um dos ancestrais da moderna antropologia, poucos antropólogos sabem que as igrejas

cristãs, inclusive a Igreja Católica Apostólica Romana, foram (e são) instituições que abriga(ra)m e financia(ra)m inúmeros etnógrafos missionários.

- 3 Sabendo da riqueza desse empreendimento relativamente desconhecido, Paula Montero tem lançado os seus investimentos de pesquisa para compreender a produção de conhecimentos etnográficos feita por missionários. Na obra *Selvagens, civilizados e autênticos: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970)*, ela analisa algumas monografias feitas por padres salesianos sobre os grupos indígenas Bororo e Xavante, do Mato Grosso, e sobre as populações do Rio Negro, objetivando compreender como a prática missionária constrói, simbolicamente, a alteridade em diferença.
- 4 As quatro principais obras analisadas por Montero foram publicadas em diferentes períodos e por diferentes missionários, o que a faz tomar uma perspectiva diacrônica sobre como essas monografias classificavam as populações indígenas. O título da obra mostra três categorias que se sucederam dentro desses sistemas discursivos — se os padres salesianos dos anos 1920 chamavam certas populações de “selvagens”, essa categoria deixou de ser utilizada para representá-las, passando para “civilizados”, durante os anos 1950, e culminando em “autênticos”, no contexto indigenista dos anos 1970.
- 5 O livro, composto por sete capítulos, destina os seus três primeiros para contextualizar a atuação das instituições de que faziam parte os escritores dessas monografias: a Congregação Salesiana e a Igreja Católica. Num esforço relativamente denso para os propósitos atribuídos ao livro, esses capítulos expõem, por meio de uma revisão bibliográfica e de documentos da Igreja, a história da Igreja Católica no seu movimento de expansão no chamado “Novo Mundo”. Entre os fenômenos históricos trazidos, Montero destaca o papel do Concílio Vaticano I (1869–70) para a expansão da Igreja Católica, a posição da Congregação Salesiana no contexto socioeconômico de criação do Estado italiano durante o século XIX e as propostas de expansão territorial do Estado brasileiro na República. Tal trajetória narrativa, à medida que traz um potencial de imaginação sobre como as relações sociais entre missionários e populações missionadas conviviam, permite introduzir o leitor a uma compreensão sobre o quão essas monografias são produtos de relações históricas construídas em longo prazo.
- 6 Além de dar profundidade histórica às monografias, Montero traz, nesses três capítulos iniciais (e principalmente no terceiro, “A arquitetura da missão e suas lógicas”), aspectos sociológicos da atividade missionária, como as relações hierarquizadas da Igreja Católica, os modos de organização material da ação missionária e os projetos e modelos de interação com as populações indígenas. Todos esses fenômenos são destacados pela autora porque são úteis para potencializar sua análise sobre as monografias, visto que ela indica as condições de observação implícitas nas descrições etnográficas. Entretanto, se o tom diacrônico perpassa por toda a obra, relatando as continuidades e descontinuidades da Igreja Católica em seus aspectos macro-históricos e as transformações da etnografia, o capítulo 3 toma um tom distinto, na medida em que assume certa estabilidade histórica da ação missionária em seus aspectos organizacionais perante os indígenas.
- 7 Os capítulos 4 a 7 conformam-se como o núcleo mais relevante da obra, visto que se trata de uma análise textual das monografias etnográficas dos salesianos. Ainda que indique a intenção de narrar as mudanças temporais nos estilos narrativos e nas intencionalidades de cada obra (“para quê e por que os padres salesianos as

produziam?”), no capítulo 4, “A produção do outro na antropologia salesiana”, a autora avalia as monografias em seu conjunto, chegando à conclusão de que o que caracteriza as produções etnográficas salesianas nos diferentes textos são os recursos do tempo biográfico e da polifonia. O “tom biográfico”, na primeira pessoa, registrava as angústias, os desejos e os questionamentos dos missionários enquanto faziam seus trabalhos de campo. Segundo Montero, esse relato, que explicita a posição de autor-missionário, tinha a intenção de expor um testemunho salvacionista.

- 8 Em relação à polifonia, ou seja, o acréscimo das vozes indígenas na narrativa, Montero entende que isso revelaria uma estratégia de autoridade etnográfica, como se não houvesse práticas mediadoras dos missionários na representação dos indígenas. No entanto, o olhar minucioso da antropóloga revela que os textos são ecos de um conjunto específico de personagens, pois as narrativas foram produzidas por meio da relação com informantes privilegiados. O que me parece mais interessante, por sua vez, é a preocupação cirúrgica da autora em revelar as intenções dos indígenas em ser informantes dos missionários. Os relatos missionários, percebe Montero, demonstram que os indígenas procuravam se comunicar, mobilizados pela busca de ter recursos materiais e simbólicos (aprendizado da língua portuguesa, por exemplo).
- 9 No capítulo 5, focado nas monografias que classificam os indígenas como “selvagens”, a autora apresenta uma gramática que indexa as práticas de reprodução social observadas pelos padres em um esquema conceitual próprio do período histórico. Nessa gramática, os esforços dos missionários seriam o de indexar os indígenas em categorias como “tempo mítico”, “totemismo” e “gênesis”, formulando novos esquemas de entendimento comum. Em outros termos, a tradução etnográfica seria uma forma de os missionários e os índios compreenderem um ao outro.
- 10 Por fim, os capítulos 6 e 7 dão continuidade à análise das grades de leitura dos missionários sobre a alteridade, mas demonstrando as transformações advindas pelos períodos históricos subsequentes e articulando esses novos discursos diante de novos interesses e ações missionárias. Nesse sentido, as condições históricas são de fundamental importância na análise textual das monografias. Entendo que esse é o principal *insight* da obra de Montero, na medida em que permite abrir um leque de possibilidades para pensar os missionários como sujeitos históricos e mutáveis, algo relativamente negligenciado por parte da análise antropológica. O leitor não deve se assustar pela quantidade de páginas.
- 11 O livro é rico em ilustrações, que ocupam mais de 160 páginas, o que demonstra um interesse editorial em não reduzir as imagens. Estas, entretanto, não são objeto de análise, como a própria autora afirma na introdução, o que faz com que não haja dispositivos textuais que as ancorem às narrativas.
- 12 Por fim, algumas questões gerais precisam ser comentadas. A primeira decorre da pergunta etnográfica que perpassa por todo o livro — “como os missionários transformaram a alteridade em diferença?”. Em nota de rodapé no quinto capítulo, Montero cita que esses personagens escreveram textos “etnográficos”, ainda que “missionários” (:264). A existência de esforços dos missionários em realizar reflexões sobre inúmeras outras questões, como a teologia missionária, as técnicas de conversão e as narrativas históricas das missões, parece-me indicar que sua ansiedade epistêmica fundamental era justificar e tornar desejável a mudança sociocultural produzida pelas missões. Nesse sentido, “conhecer o outro” era um objetivo incidental para um processo maior. Fica, portanto, a questão de saber se o retrato feito pela autora não

destaca um aspecto vestigial dentro dos esforços missionários. Se sim, penso que isso deveria ser mais bem dimensionado.

- 13 Essa consideração de que a obra focaria um aspecto vestigial do empreendimento missionário, por sua vez, leva-me a uma segunda questão, que se trata do tipo de bibliografia e, consequentemente, das ferramentas de análise que a autora utiliza. Categorias como “autoridade etnográfica” (James Clifford) e “invenção da cultura” (Roy Wagner) foram produzidas para textos cujo interesse era compreender a produção dos antropólogos sociais. Roy Wagner, por exemplo, afirma que o livro *A invenção da cultura* tem propósitos epistemológicos (e não etnográficos). Nesse sentido, entendo ser importante refletir se esse instrumental teórico seria adequado para compreender textos missionários, já que as ferramentas propostas por Wagner e Clifford reservam-se a uma meta-antropologia.
- 14 Levanto essas questões, mas não tenho o propósito de responder a elas nesta resenha. De qualquer maneira, elas são muito importantes para qualquer cientista social que esteja preocupado em fazer um estudo sobre missões religiosas. Relatos de cunho etnográfico e as semelhanças entre os ofícios de antropólogo e missionário vão povoar a mente de quem se propõe a esse desafio. Montero, por aliar esses dois personagens a partir de ansiedades de conhecimento tão semelhantes, traz uma obra com um grande potencial reflexivo por colocar o missionário como sujeito passível de análise antropológica.

AUTORES

ALEXANDRE JORGE DE MEDEIROS FERNANDES

FD/UnB